

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

JOÃO GABRIEL MARTINS DE BARROS

MALDIÇÃO DAS *COMMODITIES* E A DOENÇA HOLANDESA

FRANCA

2019

JOÃO GABRIEL MARTINS DE BARROS

MALDIÇÃO DAS *COMMODITIES* E A DOENÇA HOLANDESA

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dnd Pedro Henrique
Nascimento.

FRANCA

2019

JOÃO GABRIEL MARTINS DE BARROS

MALDIÇÃO DAS *COMMODITIES* E A DOENÇA HOLANDESA

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 01 de novembro de 2019

Orientador: _____

Nome: Prof. Dnd Pedro Henrique Nascimento.

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador: _____

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador: _____

Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettarello

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos e professores que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena e pela dedicação, apoio, compreensão, e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- A Deus, pois não posso esquecer o papel que teve ao longo do meu percurso. Agradeço ao Senhor pela força que colocou no meu coração para lutar até alcançar esta grande meta na minha vida;
- A todos professores e professoras e principalmente ao meu orientador, que me guiou durante os momentos difíceis e me auxiliou sempre que necessário;
- E agradeço à minha família, que quase não tenho palavras para descrever sua importância em minha vida. Eu nunca teria conseguido sem o apoio de vocês. Obrigado por tudo, de coração.

“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.”

ALBERT EINSTEIN

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar se o Brasil passou por um processo de desindustrialização, bem como identificar as possíveis causas desse processo que levam à perda de participação na indústria no PIB brasileiro. Inicialmente é apresentado a história da economia brasileira, com os ciclos econômicos que o país viveu até o processo de industrialização. Em sequência são apresentados os principais indicadores da indústria brasileira e das *commodities*. Por fim são apresentados os conceitos existentes para o fenômeno, assim como causas e efeitos na economia, também são apresentados os estudos e linha de pensamento de alguns autores que já estudaram o tema, através de uma exposição de referências bibliográficas, dividindo as análises contra e a favor. Toda essa apresentação tem a expectativa de responder o problema de pesquisa, confirmando que o Brasil vive um processo de desindustrialização causado não só pela apreciação cambial, mas também decorrentes das exportações de *commodities*, levando à doença holandesa, além do efeito das políticas liberais adotadas na década de 1990, que resultaram na abertura comercial e financeira.

Palavras-chave: Desindustrialização; Apreciação cambial; Doença Holandesa; Políticas liberais; Abertura comercial;

ABSTRACT

This paper aims to analyze if Brazil has gone through a process of deindustrialization, as well as to identify the possible causes of this process that lead to the loss of participation in the industry in the Brazilian PIB. Initially the history of the Brazilian economy is presented, with the economic cycles that the country lived until the industrialization process. Following are presented the main indicators of the Brazilian industry and commodities. Finally, the existing concepts for the phenomenon are presented, as well as causes and effects on the economy. Studies and thoughts of some authors who have already studied the subject are also presented, through an exposition of bibliographic references, dividing the analysis against and in favor of the topic. All this presentation in order to answer the research problem question confirming that Brazil is experiencing a deindustrialization process caused not only by the exchange rate appreciation caused by commodity exports leading to the Dutch disease, but as an effect of the liberal policies adopted in the 1990s, which resulted in commercial and financial openness.

Keywords: Deindustrialization; Currency appreciation; Dutch disease; Liberal policies; Commercial opening;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico intitulado Crise industrial x Governos - participação do setor no PIB (em %)	19
Figura 2 - Gráfico intitulado Indústria de Transformação Brasileira (% PIB) – 1995 a 2029.....	27
Figura 3 - Gráfico da porcentagem de exportações brasileiras de " <i>commodities</i> x manufaturados" de 2000 a 2018.....	28
Figura 4 - Gráfico do saldo comercial das <i>commodities</i> de 2000 a 2018.....	32
Figura 5 - Gráfico do saldo comercial dos manufaturados de 2000 a 2018.....	32
Figura 6 - Gráfico do preço das <i>commodities</i> de 2000 a 2018.....	34
Figura 7 - Gráfico da porcentagem de participação dos Blocos Econômicos nas exportações totais de <i>commodities</i> no Brasil de 2000 a 2018	35
Figura 8 - Gráfico dos principais países que o Brasil exporta do Total/2018	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo da Teoria: Produção do trabalhador por dia (toneladas)39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportação brasileira por fator agregado 2001-2011	26
Tabela 2 - Produtos mais exportados e importados pelo Brasil de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 2018	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	15
2.1 CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA	15
2.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA – 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	18
2.3 PAÍS FORTE NAS EXPORTAÇÕES DE <i>COMMODITIES</i>	27
3. MALDIÇÃO DAS <i>COMMODITIES</i> E DOENÇA HOLANDESA	38
3.1 TEORIA DA MALDIÇÃO DAS <i>COMMODITIES</i>	38
3.2 AS TEORIAS DE SMITH E RICARDO	39
3.3 DOENÇA HOLANDESA	41
3.4 RELAÇÃO.....	41
3.5 VISÕES A FAVOR DA TEORIA	44
3.6 VISÕES CONTRA TEORIA	46
CONCLUSÃO.....	48
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	51
REFERENCIAL ELETRÔNICO	54

1. INTRODUÇÃO

Em meio aos resultados negativos que a indústria brasileira vem apresentando, principalmente a de transformação, um assunto entra em pauta: a questão da desindustrialização. Estaria o Brasil vivendo esse processo? Caso esteja, quais são suas causas e efeitos na economia brasileira?

Esse debate no Brasil iniciou-se nos anos de 1990 e alguns autores afirmam que ele é resultado das políticas aplicadas, e, com a abertura econômica, produziu na economia efeitos negativos.

Altas taxas de juros, excesso na carga tributária, burocratização dos processos, infraestrutura precária e taxa de câmbio sobrevalorizado são fatores que prejudicam a competitividade das indústrias brasileiras perante o mercado externo, e a abertura comercial deveria ter um efeito na economia com o intuito de estimular a concorrência. Entretanto, o que se observou foi o contrário, onde as vantagens comparativas do Brasil em relação às commodities tiveram um peso muito forte dado a abundância desses recursos.

Considerando esse cenário, o presente trabalho tem por objetivo principal avaliar se o Brasil viveu um processo de desindustrialização ao longo das últimas décadas e se as causas desse processo têm a ver com a maldição dos recursos naturais do país, o que poderia enquadrar o caso brasileiro no que se convencionou chamar de doença holandesa.

A justificativa para o tema é a importância que a indústria tem para o desenvolvimento tecnológico e crescimento da economia, já que ela agrega valor ao desenvolvimento. Já o problema de pesquisa é até que ponto a perda de participação da indústria de transformação ocorrida nos últimos anos é justificada pela ocorrência do processo de doença holandesa e ao processo de abundância de recursos naturais? A hipótese principal para esse processo seria as políticas protecionistas e com a abertura econômica o país sentiu o tanto que estava defasado em tecnologia.

Sobre a metodologia, foi executado através de pesquisas bibliográficas. Houve uso de sites, revistas, documentários, artigos e livros, assim a pesquisa

buscou dados sobre as indústrias e recursos naturais para mostrar se realmente esse processo de desindustrialização estava ocorrendo.

Dessa forma, a presente monografia está estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta todos os ciclos econômicos que o Brasil teve, e, a questão da abertura econômica como marco da desindustrialização, a partir daí, serão apresentados indicadores utilizados para avaliar se o Brasil está se desindustrializando ou não, assim, o autor poderá chegar a uma conclusão. O segundo capítulo aborda conceitos sobre o tema e traz as principais ideias, a contra e a favor, sobre o processo de doença holandesa e recursos naturais. Por fim, tem-se a conclusão do mesmo.

2. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O capítulo irá apresentar e descrever a evolução das exportações brasileiras e do processo de industrialização no país ao longo da história até no século XXI. Desde o seu descobrimento e posterior a exploração o forte do país tem sido a exportação de matérias primas, *commodities*, ou seja, produtos básicos, sem valor agregado e por ser rico nesses recursos e devido ao seu vasto território, permitiram o desenvolvimento da agricultura.

Apresenta também a taxa de câmbio, as medidas que o Governo está tomando e o mercado global que auxiliam no desenvolvimento das exportações brasileiras e são fatores que influenciam bastante na balança comercial e será explicada a razão por que isso ocorre. Por conta de todos esses fatores, a economia brasileira possui algumas características bem específicas que será abordado também no trabalho.

2.1 - CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

O objetivo desta seção é analisar os ciclos econômicos ocorridos no Brasil, desde sua descoberta, até 1930, começando pelo ciclo do pau-brasil e finalizando a análise no começo do ciclo industrial. Brum (1995) define ciclos econômicos da seguinte forma:

O ciclo pode ser definido como o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas – capitais e mão de obra – e provocando mudanças em todos os principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição das classes sociais, com o declínio de umas e ascensão de outras, etc. Geralmente, embora não necessariamente, o ciclo se caracteriza pela supremacia de determinado produto na exportação. (BRUM, 1995, p. 56).

A economia brasileira, durante sua formação como colônia, sempre foi voltada para a exportação de um único produto, em meio a produção de outros produtos, que se destacasse no cenário internacional e que trouxesse renda para a metrópole Portugal.

Efetivamente, no decorrer de mais de 400 anos, a economia brasileira funciona como reflexo dos interesses externos, reagindo aos estímulos vindos de fora. Essa orientação para o exterior conduz a monocultura, com a produção e a exportação centradas no produto de maior rentabilidade em certo período histórico. Essa dependência se reflete certamente nos ciclos econômicos que caracterizam esse longo período. (BRUM, 1995, p. 56).

Primeiramente, o Brasil era voltado para a produção exclusiva de cada gênero que compunha os ciclos (pau-brasil, empresa açucareira, mineração, pecuária e por último, café). Somente a partir da década de 1930 que o Brasil expandiu sua produção, produzindo e comercializando, interna e externamente, bens que se destacam no mundo globalizado, ou seja, produtos industrializados.

O pau-brasil que foi a primeira atividade econômica do Brasil, teve suas atividades iniciadas em 1501. Dele se extraía uma tinta muito comercializada e a própria madeira para fabricação de diversos materiais.

A primeira riqueza explorada pelo europeu em terras brasileiras foi o pau-brasil, árvore que existia com relativa abundância em largas faixas da costa brasileira. O interesse comercial nessa madeira decorria da possibilidade de extrair-se dela uma substância corante, comumente utilizada para tingir tecidos. Antes da conquista da América, a indústria européia de tintas comprava o pau-brasil trazido do Oriente pelos mercadores que atuavam nas rotas tradicionais do comércio indiano. Após a conquista do Brasil, torna-se mais lucrativo extraí-lo diretamente das nossas matas litorâneas. (COTRIM, 1995, p. 53).

Após o pau-brasil, explorou-se a empresa açucareira, que era um lucrativo negócio e seu cultivo se expandia por longas áreas. A exploração da empresa açucareira teve como base a mão de obra escrava e a participação de capitais holandeses. Como problema maior encontrava-se a falta de mão de obra qualificada. De acordo com Cotrim:

[...] O açúcar era produto de grande interesse para o comércio europeu. Por meio dele, seria possível organizar o cultivo permanente do solo, iniciando o povoamento sistemático da colônia. (COTRIM, 1995, p. 56).

A empresa açucareira teve seu declínio no século XVIII, devido a concorrência internacional, principalmente das Antilhas, passando a ser comercializado em sua maioria no mercado interno. Como mencionou Cotrim (1995, p. 79): “*Diante da competição internacional, nosso açúcar passou a ser vendido, basicamente, no mercado interno brasileiro [...]*”.

No final do século XVII começa a se desenvolver a exploração do ouro na colônia, que significou a tentativa de Portugal de sair da grande crise em que se encontrava.

De tão importante que foi a atividade econômica da exploração do ouro, a capital da colônia mudou-se de Salvador para o Rio de Janeiro, para melhor escoar e administrar o novo bem. Desloca-se, assim, o centro das atividades financeiras do açúcar para o ouro, do Norte para o Sudeste. Vale destacar que a exploração do ouro de nada serviu para o desenvolvimento do país, e sim, o desenvolvimento dos outros países.

No mesmo período, houve também a exploração da pecuária, no século XVIII. À pecuária deve-se a causa da exploração e povoamento do vasto território do Brasil, principalmente o nordeste e o sul. Como mencionou Furtado (2005, pp. 96/97): “[...] a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro”. A empresa açucareira comandou o desenvolvimento da criação de gado no Nordeste e a extração do ouro incentivou a criação de gado no sul do Brasil.

Mesmo com a exploração da empresa agrícola e mineradora, Portugal não conseguiu sua total estabilidade financeira. E quando já não dispunha de recursos para a manutenção da colônia, coube a corte portuguesa transferir-se para a colônia. O problema não foi solucionado, pois se transferiram, junto com a corte, os passivos para com a Inglaterra.

Devido à escassez de técnica industrial do Brasil, a saída encontrada foi à produção de algum produto que se vislumbrasse nos mercados externos e que fosse produzido com ênfase agrária, com o cultivo da terra como capital. A partir de 1891 surge a exploração econômica do café, também baseado na exploração da mão de obra escravocrata.

O Brasil passou a ter suas exportações ainda mais concentradas nos produtos agrícolas, com o foco voltado para o café. O café liderou as exportações brasileiras dentre o período de 1861-1930.

O café teve seu declínio na década de 1930, quando os preços internacionais da mercadoria caíram bruscamente devido a superprodução. Nem

mesmo a política de valorização do café, proposta pelo Convênio de Taubaté¹ conseguiu segurar os preços da mercadoria, haja vista que: “[...] a situação que se criara era, destarte, absolutamente insustentável” (Furtado, 2005, p. 258). No entanto, antes disso, foram os recursos advindos das exportações do café que forneceram a base para a acumulação de capitais necessários para serem reinvestidos em outros setores, tal como a indústria.

A crise de 1929, de superprodução, culminou com o início da industrialização do Brasil, que, inicialmente, baseou-se na industrialização por substituição de importações. Transferiam-se os capitais dos cafezais para as nascentes indústrias, tais como a do aço e do cimento. Como mencionou Furtado:

[...] A concomitância das crises nos mercados mundiais, que se inicia em 1929, com a grande onda de superprodução, que alcançou seu ponto máximo em 1931, provocou o colapso da economia cafeeira, que permanecia em total depressão durante três quinquênios sucessivos [...]. (FURTADO, 1964, p. 115).

De uma estrutura agrária exportadora, baseada em gêneros primários, de primeira necessidade, começa a se desenvolver a indústria no Brasil, baseada na transferência da renda do café e nos incentivos governamentais.

2.2 - A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA – 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS

O objetivo desta parte é analisar a industrialização brasileira desde a Grande Depressão de 1929, na qual, logo após, ocorre o nacional-desenvolvimentismo, até o fim da década de 1970, quando o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) representa o ápice desse processo de industrialização guiado pelo Estado.

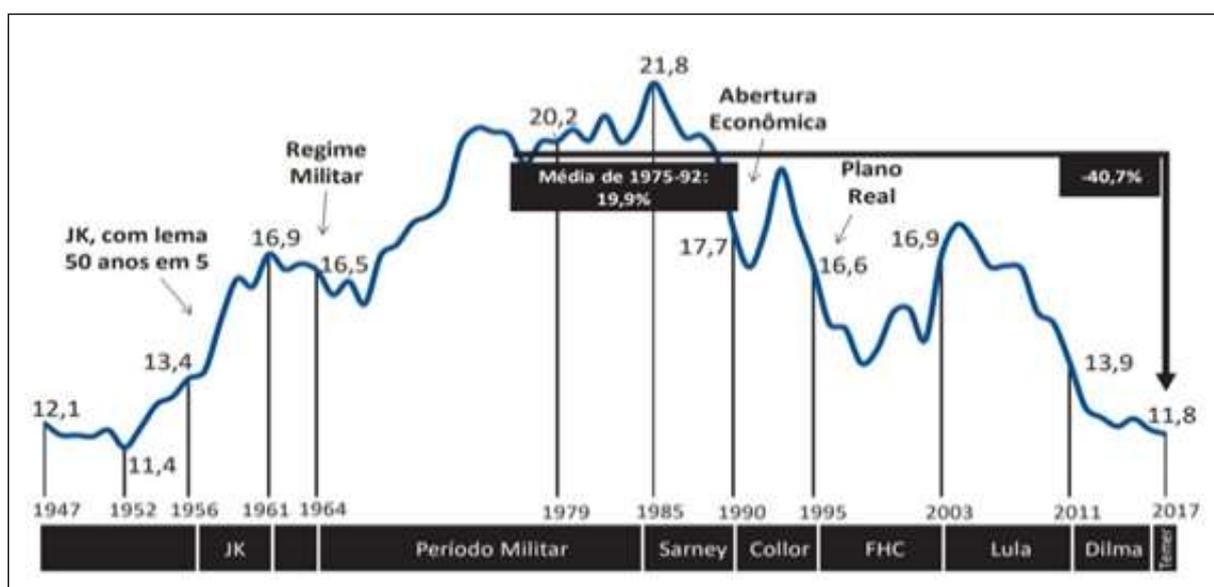
A formação da indústria brasileira teve seus primeiros fortes indícios no início do século XX, com a crescente desconfiança sobre a economia cafeeira e quando houve maior absorção do estoque de mão de obra por meio do trabalho assalariado. Surgem as duas classes fundamentais para o desenvolvimento capitalista: os empresários e os trabalhadores.

¹ Foi um plano de intervenção estatal na cafeicultura brasileira, ocorrido em fevereiro de 1906, durante o governo de Rodrigues Alves, cujo objetivo era o de promover a elevação dos preços do produto e assim, assegurar os lucros dos cafeicultores.

A industrialização brasileira teve como principal característica, com o grande aumento dos preços dos bens importados, a implantação das indústrias de máquinas, equipamentos, insumos básicos e bens intermediários e não duráveis (bens produzidos e utilizados na produção de outros bens e que não estão disponíveis para o consumo final) e a maior participação do mercado interno na economia, substituindo, assim, as importações. Como afirma SOUZA (2008, p. 15): “a nossa industrialização contou com dois pilares fundamentais: a implantação da indústria de base e a dinamização do mercado interno”. Com a melhoria da renda dos trabalhadores, deu-se a melhora do mercado interno.

O gráfico a seguir, “Crise industrial x Governos”, irá mostrar a participação do setor da indústria na economia brasileira relacionando com seus respectivos governantes.

Figura 1 - Gráfico intitulado Crise industrial x Governos - participação do setor no PIB (em %)



Fonte: DEPECON/FIESP (2016, p. 6)

Em 1930 Getúlio Vargas assume a presidência com o intuito de promover o desenvolvimento industrial tendo como alicerce a participação estatal. Com Vargas no poder, instala-se no Brasil, o Estado Populista e dá-se início a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, que foi o marco do desenvolvimento industrial brasileiro. A indústria passou a ser o principal fator de

crescimento da economia brasileira, mas ainda existiam alguns entraves para o progresso da indústria, tal como a falta de planejamento. O governo passou a se compromissar com a missão de romper os entraves a industrialização.

A missão indicou uma série de fatores que constituíam obstáculos ao crescimento industrial: um sistema de transportes inadequado, um sistema de distribuição de combustível retrógrado, falta de recursos para investimentos industriais, restrições ao capital estrangeiro, restrições à imigração, instalações inadequadas para treinamento técnico e uma capacidade subdesenvolvida para a geração de energia e assim por diante. (BAER, 1996, p. 59).

A partir de 1953, o presidente Getúlio Vargas, no seu segundo governo, aumentou os preços dos bens importados em relação aos bens nacionais, substituindo a mão de obra imigrante pela nacional, com o objetivo de estimular a produção interna desses bens, o que ficou conhecido como industrialização por substituição de importações. Getúlio Vargas também criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS), com o objetivo de estimular a economia nacional. O desenvolvimento industrial brasileiro se deu, inicialmente pela iniciativa pública.

Por tudo isso, o desenvolvimento industrial no Brasil até a primeira metade dos anos 1950 pode dar-se sob controle de um empresário nacional nascente em associação com o Estado Nacional. Este, além de promover o desenvolvimento do setor interno [...]. (SOUZA, 2008, p. 24).

Em 1955 Juscelino Kubitschek (JK) assume a presidência e lança o Plano de Metas, com o nacional-desenvolvimentismo², com o objetivo de crescer “50 anos em 5”. A industrialização continuava sendo baseada na iniciativa pública, sendo a base institucional para o crescimento industrial, que foi de extrema importância para fornecer sustentação para a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira e para dar maior confiança aos investidores.

O desenvolvimento industrial durante o Plano de Metas foi liderado pelo crescimento do departamento produtor de bens de capital e do departamento produtor de bens de consumo duráveis. (REGO, 2006, p. 98)

O governo JK tinha como meta a continuidade das substituições de importações, a construção de Brasília e a implantação da indústria de bens duráveis, tal como a indústria automobilística.

² Dá-se o nome de desenvolvimentismo a qualquer tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o consequente aumento do consumo.

O Plano de Metas se concentrava em quatro áreas principais: 1º investimentos estatais em infraestrutura, principalmente transporte e energia elétrica, sendo que, na área de transporte, a ênfase passava da ferrovia para a rodovia; 2º incentivo ao aumento da produção de bens de capital, como máquinas e equipamentos, e de bens intermediários, como aço, carvão, cimento, zinco, etc.; 3º incentivo a introdução dos setores de bens de consumo duráveis e 4º estímulo à produção de alimentos. (SOUZA, 2008, p. 30).

A indústria de base (transforma matéria prima bruta em matéria prima processada, para a produção de bens de consumo ou bens de produção) não era atraente para o setor privado e ao capital estrangeiro, pois os rendimentos esperados eram baixos e demorava décadas para se ter retorno do capital investido. Coube assim, ao Estado desenvolver esse setor.

Em 1960, as multinacionais (cujo grande impulso para suas instalações era a mão de obra abundante e barata que se encontrava no mercado brasileiro) de origem dos países industrializados, já dominavam o mercado brasileiro. O desenvolvimento econômico do Brasil estava influenciado pelo modelo de dependência, ou seja, o subdesenvolvimento brasileiro gerava o desenvolvimento de outros países.

A primeira crise econômica no Brasil, do período industrial, ocorre entre 1962 a 1966, com grandes cortes dos investimentos do governo, o que fez com que se reduzisse a produção industrial.

Em 1964 ocorre o golpe militar, liquidando o Estado Populista proposto por Vargas, tendo como objetivo se consolidar no poder e para isso precisava de uma sólida estabilidade econômica, com controle da inflação, crescimento econômico e a continuidade da preparação institucional da economia para o desenvolvimento de oligopólios. Aumenta-se a participação do Estado e surge o modelo de subdesenvolvimento industrializado, voltado para as exportações, com intensivo capital, complexa tecnologia e maiores empresas. Como explica Bresser Pereira (2003, p. 71): “*subdesenvolvimento industrializado é o nome que melhor define o tipo de desenvolvimento contraditório, desequilibrado, excludente, mas dinâmico [...]*”.

O Governo militar lança o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de controlar a inflação, concretizar os pilares da institucionalização da economia e aumentar as relações internacionais. Após o

PAEG houve um período de elevado crescimento da economia brasileira, conhecido como “*milagre econômico*”, que foi resultado da acumulação apoiado na dívida externa.

No período que se abre em 1968 e se estende até 1973, houve uma expansão acelerada da economia brasileira, que a equipe econômica da época batizou de “milagre econômico”, atribuindo-o ao chamado modelo brasileiro de desenvolvimento. (SOUZA, 2008, p. 76).

Em 1967 inicia-se o governo Costa e Silva que foi o segundo presidente do Brasil durante o período da Ditadura Militar (o primeiro foi o General Castelo Branco). O governo marca o início das medidas desenvolvimentistas que levaram ao “*milagre econômico*”, além de ter sido marcado por ter iniciado os “*anos de chumbo*”, período de maior repressão da Ditadura Militar, que contava com repressão aos opositores, censura aos jornais e demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política econômica.

Quando Emílio Garrastazu Médici assume em 1969, ele resume os acontecimentos de repressão e crescimento econômico na seguinte frase: “*A economia vai bem, mas o povo vai mal*”. A renda concentrou-se ainda mais e a inflação penalizava as classes sociais da baixa renda. Delfin Netto, que chegou a ser Ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento, foi o principal responsável pelo “*milagre econômico*”. Ele fez uma política monetária expansionista tabelando e reduzindo taxas de juros, ampliando o acesso das empresas ao crédito e imprimindo dinheiro. O “*milagre*” era baseado ainda em incentivo às exportações, com isenção de impostos e desvalorização da taxa de câmbio. Com a moeda nacional valendo menos que o dólar, os produtos brasileiros tinham mais competitividade no mercado externo. Uma de suas propagandas de política econômica dizia que, primeiro, era preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo. O bolo cresceu. Por sete anos, o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil esteve entre os maiores do mundo, no entanto voltamos para a questão social, onde a população passava por necessidades.

Em 1974, o general Geisel assume a presidência e lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que permaneceu de 1975 a 1979, com o desafio de dar continuidade ao crescimento econômico. A prioridade do II PND fora as indústrias de bens de capital e de bens intermediários, seu financiamento foi feito

com empréstimos externos, seus resultados só vieram em 1983 e 1984 e o centro da industrialização brasileira ainda era liderado pelas grandes empresas estatais. Em 1976 o II PND já era dado como acabado e finalmente dava-se por encerrado o processo de industrialização por substituição de importações.

A segunda crise econômica no Brasil ocorre em 1974, logo após o período do “*milagre econômico*” (1967-1973), com sintomas parecidos com a da primeira crise, de 1962. Explica Bresser Pereira (2003, p. 115): “[...] *os investimentos excessivos ocorridos durante o período de expansão causaram não apenas desequilíbrio entre a oferta e a procura agregada, mas, também, inflação e desequilíbrio nas contas externas do país [...]*”.

Em 1979, João Baptista Figueiredo assume a presidência e diante da escassez de capital estrangeiro o Estado brasileiro aderiu a um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e praticamente inaugura a chamada “*Década Perdida*”.

A dívida externa passou a ser praticamente incontrolável e a inflação voltou a tomar grandes proporções e o Brasil mergulha numa profunda recessão econômica.

A crise, de uma maneira geral, começava a influenciar de maneira negativa a popularidade do Governo ditatorial e já não havia mais como sustentar o mesmo, que em 1985, com as “*diretas já*”, dava-se como encerrado o período militar brasileiro, mesmo com a eleição indireta do presidente.

[...] garantiu a vitória, a 15 de janeiro de 1985, por cerca de 70% dos votos, aos candidatos da Aliança Democrática, Dr. Tancredo Neves e o senador José Sarney, respectivamente para presidente e vice-presidente [...]. (SOUZA, 2008, p. 163).

Após crescer durante anos, a economia brasileira nos anos de 1980 entrou numa profunda crise econômica, caracterizada pela estagnação econômica, pelo desequilíbrio das finanças públicas e por altas taxas de inflação.

Para honrar seus compromissos financeiros, o Estado é forçado a promover superávit na balança comercial, aumentando as alíquotas de importações, desvalorizando o câmbio e promovendo reserva ao mercado interno. Com a grande proteção à indústria interna, para gerar superávit, o governo desestimulava o seu

desenvolvimento, causando assim estagnação e obsolescência da indústria nacional. A consequência da exagerada proteção estatal é que a indústria brasileira se torna ineficiente face à concorrência internacional, o que se tornou um grande entrave a adaptação industrial durante a abertura econômica, devido à falta de tecnologia e capacitação profissional.

Em 1990, Fernando Collor de Mello assume a presidência da república e adota o liberalismo como solução para a crise que assombrava a nação, com a redução do poder estatal e com a privatização do patrimônio público.

Consolidou-se, portanto, os processos de privatizações, internacionalização e abertura da economia brasileira, que foi a reforma estrutural mais importante da história da economia brasileira, no entanto por conta das questões protecionistas e o país não contar com investimentos nessa área, foi onde começou a desindustrialização do Brasil. A reestruturação produtiva estava em evidência, pois como mostra o gráfico da página 19 “*Crise industrial x Governos*”, empresas de outros países vieram para o Brasil aumentando a participação no PIB. Caberia ao Estado somente regular as atividades econômicas, empresariais e industriais do país, e, o que o gráfico mostra é que logo as participações delas no PIB voltaram a cair.

A inflação, que tinha se reduzido para um dígito, voltou a subir. O Plano Collor II é então lançado, com o objetivo de congelar os salários e diminuir os gastos do governo. Cercado de desconfianças, o governo Collor não conseguiu atrair empresas estrangeiras, mas deixou as bases para a consolidação da desnacionalização e privatização do patrimônio público.

Collor não pode dar continuidade aos seus trabalhos, pois as acusações de corrupção e o aumento da crise levaram ao processo de *impeachment* do seu mandato. Itamar Franco assume a presidência em 1992 e reinicia o processo de privatizações.

A abertura econômica da década de 1990 teve alguns impactos sobre a economia, tais como: forçou a dinamização e modernização das empresas, sepultou definitivamente a política de substituição de importações, e encerrou um ciclo desenvolvimentista e protecionista na economia brasileira. O processo foi

inesperado e gerou também recessão, desemprego, e contingência dos gastos sociais do governo.

Em 1994 surge o Plano Real, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) na presidência, após vários planos anteriormente terem fracassado. O novo plano tinha o objetivo de modernizar as indústrias do país e fazer a desestatização da economia e proporcionar maior abertura ao capital estrangeiro. Era preciso elevar as taxas de juros, diminuir os gastos públicos, abrir o mercado aos produtos estrangeiros e acelerar o processo de privatizações.

O maior problema enfrentado pelo Plano Real foi a valorização do Real perante o Dólar, que tornou a balança comercial deficitária, fazendo-se necessário, assim, elevar a taxa de juro, evitando-se assim uma crise cambial.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a indústria e a economia se mantiveram em expansão nos primeiros três meses de 1995, contrariando aqueles que qualificavam o plano de estabilização como recessivo.

E a partir de 1994 há uma série de crises que atingiu os mercados emergentes. O Brasil começou a sentir os efeitos dessas crises em 1998, quando estava incapaz de gerar superávit comercial, o que deixou os investidores estrangeiros inseguros quanto ao retorno de seus investimentos e em 1999, a rentabilidade das maiores empresas brasileiras continuavam baixas, desanimando o mercado.

Em 2001, a indústria se estagnava novamente e para agravar a situação, o Banco Central do Brasil retomou a elevação da taxa de juros da economia, a SELIC. Só em 2002, enfim a inflação se manteve dentro da meta, principalmente devido à elevação dos juros, ao superávit primário e a entrada de produtos importados, o que gerou concorrência e impediu a remarcação dos preços dos produtos nacionais. Durando o governo FHC, o Brasil assinou seu terceiro acordo com o FMI.

Em 2004, devido às bases sólidas da economia, ao aumento do crédito, a boa política externa do governo e a boa condição da economia mundial, a produção industrial brasileira aumentou e a economia voltou a crescer.

Luís Inácio Lula da Silva foi reeleito em 2006 e passou a dar ênfase a continuidade de crescimento industrial e do PIB, com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos objetivos eram: acelerar o crescimento, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população. Com o PAC o Governo voltava a dar ênfase ao desenvolvimento, ao planejamento e ao investimento produtivo.

Dilma Rousseff assume a presidência da República em 2010, dando continuidade à política econômica do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, realizando a ampliação dos negócios industriais do país com o exterior. A tabela a seguir fornece dados sobre as mudanças estruturais das exportações industriais na atualidade:

Tabela 1 - Exportação brasileira por fator agregado 2001-2011

Ano	Participação % / Total Geral		
	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2001	26,4	14,2	56,5
2011	47,8	14,1	36,3

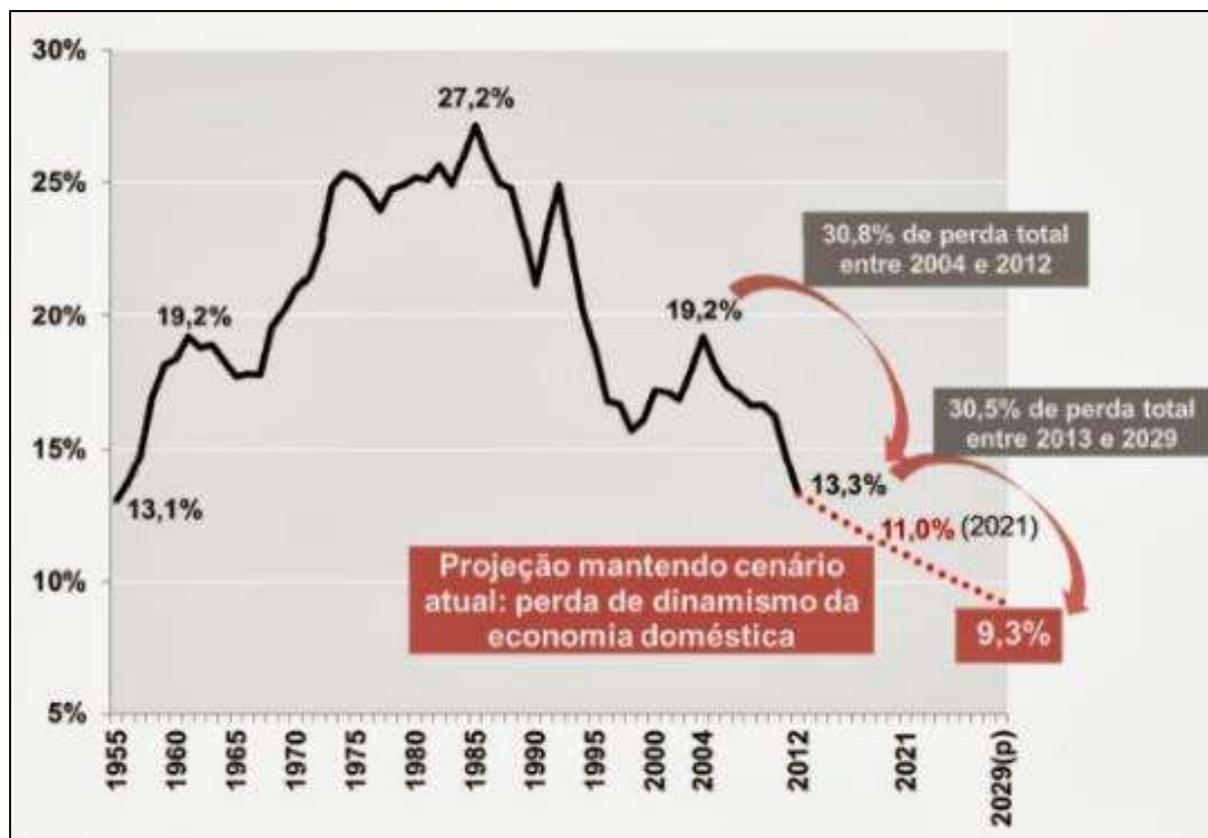
Fonte: SECEX/MDIC

Observando a tabela, constata-se o aumento da participação das exportações de produtos básicos (de 26,4% para 47,8%), a diminuição dos manufaturados (de 56,5% para 36,3%) e quase a inalterabilidade dos semimanufaturados (de 14,2% para 14,1%) sobre o total exportado, se comparados o ano de 2001 com o ano de 2011.

Aqui já é possível perceber o quanto as indústrias de transformação, que utilizam de tecnologia para desenvolver seus produtos, estão diminuindo, enquanto a indústria de produtos básicos vem crescendo, mostrando assim, como o país vem se desindustrializando.

Segundo o estudo “*Por que reindustrializar o Brasil?*”, divulgado quarta-feira (28) de agosto (08) de dois mil e treze (2013) pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) mostrou o quanto à indústria de transformação vem diminuindo e em 2029 pode atingir níveis muito baixos.

Figura 2 - Gráfico intitulado Indústria de Transformação Brasileira (% PIB) – 1995 a 2029



Fonte: DEPECON/FIESP

Notas: Série 1955-1994 com ajuste Depecon/FIESP devido a alteração no Sistema de Contas Nacionais

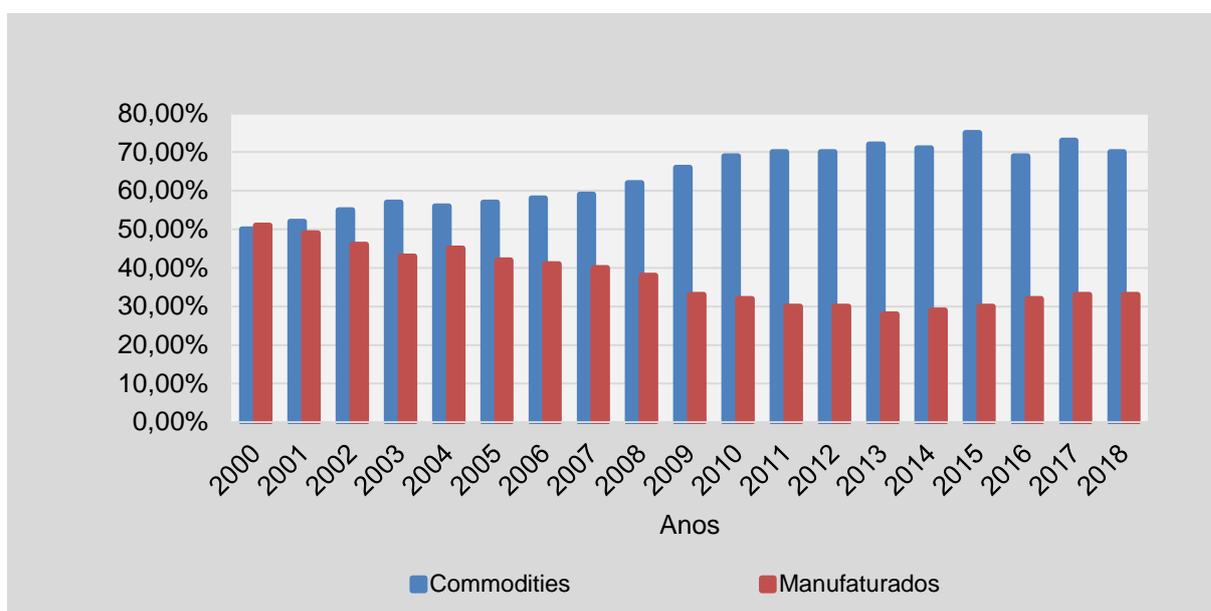
A indústria de transformação já correspondeu a 27,2% de participação no PIB e de acordo com o gráfico, pode chegar a níveis como 9,3%. Isso mostra o processo de desindustrialização que o Brasil está vivendo.

2.3 - PAÍS FORTE NAS EXPORTAÇÕES DE *COMMODITIES*

O comércio internacional hoje em dia, tornou-se uma peça fundamental para o desenvolvimento, expansão de mercado, mudanças estruturais e obtenção de tecnologias mais avançadas.

O Brasil é um país rico em recursos naturais, e ao longo do tempo vem provando o quanto a exportação dos mesmos vem crescendo e em contrapartida vem diminuindo as exportações de produtos manufaturados. O primeiro gráfico irá apresentar a porcentagem da participação das exportações deste tipo de bens aos bens manufaturados entre 2000-2018.

Figura 3 - Gráfico da porcentagem de exportações brasileiras de "commodities x manufaturados" de 2000 a 2018



Fonte: MDIC

Todos os países mantêm relações comerciais com as outras nações, dado ao fato que as nações não são autossuficientes em recursos naturais ou bens, ou seja, muitas nações não dispõem de todos os artigos necessários para abastecimento de sua população, tanto para alimentação, como para matérias primas para as suas indústrias ou em alguns casos para manter o padrão de vida adotado nestes países.

[...]. Podem ser obtidos no exterior bens que não podem ser produzidos internamente, podem ser obtidos a custos mais baixos em outros países. Em resumo, o comércio internacional permite que um número maior de pessoas possa viver, possa desfrutar de maior variedade de gostos e gozar um padrão de vida superior ao que seria possível na ausência de comércio internacional. (ELLSWORTH, 1978, p. 17).

Esse comércio internacional entre os países que permite de certa forma uma vida melhor de acordo com Ellsworth (1978), se deve por conta de alguns fatores que irão influenciar essas relações:

1 - Taxa de Câmbio: As taxas de câmbio podem influenciar nas exportações e importações. Quando desvalorizada beneficia as exportações, principalmente de matéria prima e aquece o mercado interno, mas na contramão, prejudica as empresas a importarem tecnologia para se desenvolverem. Quando essa taxa de câmbio começa a se valorizar, por conta da entrada de moeda estrangeira, fica mais fácil a importação de produtos de fora do país, pois são considerados melhores e possuem melhor preço. Esse ciclo impossibilita a evolução das indústrias.

Para Inocêncio (2002):

As políticas agrícolas surgiram no contexto da implantação do regime militar no Brasil com o objetivo de articular a expansão agrícola e o complexo agroindustrial, atendendo às necessidades de abastecimento interno e às exportações. Abriu-se um novo espaço para a intervenção do Estado, de forma ainda mais massiva que nos anos anteriores. (INOCÊNCIO, 2002, p.26).

2 - Governo: Redução da burocracia e maior incentivo ao setor produtivo por parte do governo. Hoje o Governo incentiva muito o agronegócio, pois as exportações de *commodities* são essenciais para haver um equilíbrio na Balança Comercial brasileira.

Todo o comércio é motivado pelas expectativas dos capitalistas que visam ao lucro. Quando ocorre a troca de mercadoria entre países há um benefício mútuo, embora o comércio internacional possa prejudicar alguns setores produtivos. Por isso os Governos buscam alternativas de proteger as empresas nacionais de toda a concorrência externa, impondo limites de importações ou usando do artifício dos subsídios às exportações auxiliando perante a forte concorrência mundial.

Segundo (Rossetti, 1997, p. 839): “*as diferenças na dotação de recursos naturais entre países e a assimetria na configuração de atributos naturais construídos*”, são os fatores determinantes para esta interação entre as nações.

Deve-se também considerar que, para os países menos desenvolvidos, nos dias de hoje, os Governos acreditam que o comércio internacional contribuiu e

contribui significativamente para o nível e o processo de desenvolvimento econômico, embora dependam principalmente de condições internas de trabalho e consumo, estas nações que encontram no comércio internacional fatores de muita importância para a evolução produtiva e também para uma maior comodidade de toda a população como cita Salvatore:

Para as nações em desenvolvimento, as exportações geram oportunidades de emprego e divisas para pagar muitos dos produtos estrangeiros que não podem ainda ser produzidos internamente, além da tecnologia avançada não disponível. (SALVATORE, 1978, p. 2).

2.1 - Desenvolvimento Social: É necessário entrar nessa questão do desenvolvimento social, pois o Brasil não investe nessa questão social da população, e não tem como criar um país desenvolvido com uma população que não tem condições de vida, de trabalho, de lazer, de educação. Portanto é necessário o Governo mudar suas práticas econômicas e investir também em sua população para conseguir uma mão de obra qualificada para levar o país para frente.

2.2 - Tributos: O Brasil possui uma alta carga de tributos. Segundo presidente em exercício da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, um ponto que chama atenção é sobre a elevada carga tributária no Brasil, que estimula as empresas a exportar o produto bruto, sem beneficiamento.

Isso vale para a soja, para o couro, o granito, uma série de produtos que poderiam ter beneficiamento aqui. O sistema tributário nacional penaliza quem industrializa. (PALESTRA NO XXIII FÓRUM NACIONAL, REALIZADO NO BNDES, 19/05/2011).

O aumento insuficiente da competitividade - atribuído a fatores como custos, gargalos de infraestrutura, um sistema tributário que encarece o preço final dos bens e investimentos insuficiente em pesquisa e desenvolvimento - fará com que o perfil das exportações brasileiras seja cada vez mais de produtos básicos.

3 - Comércio e produção: O que irá influenciar a exportação é a vontade de o mercado externo consumir juntamente com o chamado “*dumping social*”³ e a qualidade da produção, ou seja, não adianta o país ser uma potência e o restante da economia estar em crise que não haverá exportação; não adianta o país produzir algo, sendo que outro país produz a mesma coisa, mais barato e com mais

³ É uma prática dos empregadores para usar mão-de-obra mais barata do que a normalmente disponível em seu local de produção ou venda.

qualidade, também não haverá exportação. Portanto a economia como um todo precisa estar bem e a produção precisa ser competitiva.

Falta competitividade, falta mão de obra, existem muitos gargalos a serem preenchidos para uma mudança na estrutura do país. Hoje por exemplo, o Brasil lidera o volume de colheita e de exportações de café, mas na hora de faturar com a *commodity*, são os alemães que se beneficiam, pois agregam valor ao produto. Mesmo sem contar com um pé sequer de café em seu território.

Outro ponto que se deve levar em conta é o fato de que mesmo as taxas de câmbio estando desvalorizadas, beneficiando a exportação, nem sempre a economia no mundo estará disposta a consumir. Em épocas de crises mundiais em que não há uma grande demanda por matérias primas, conseqüentemente há uma diminuição na oferta, e isso faz com que haja uma variação nos preços das *commodities*, desfavorecendo a balança comercial.

A falta de incentivos aos investimentos, o câmbio presente, a taxa de juros elevada, o custo Brasil, a alta carga tributária, o não investimento no social e a ineficiência em infraestrutura impõem à indústria brasileira de transformação uma perda de competitividade que pode vir a resultar na extinção de uma indústria que produz bens de alto valor agregado e conteúdo tecnológico, e que é responsável pela geração de milhões de empregos que exigem qualificação e que, portanto, pagam melhores salários.

Um ponto chave para esta discussão encontra-se na reforma da legislação mercantil do Reino Unido, de 1721, promovida por Robert Walpole:

É evidente que nada contribuiu mais para promover o bem-estar público do que a exportação de bens manufaturados e a importação de matérias primas estrangeiras. (WALPOLE, APUD. LIST, 1983, p.40).

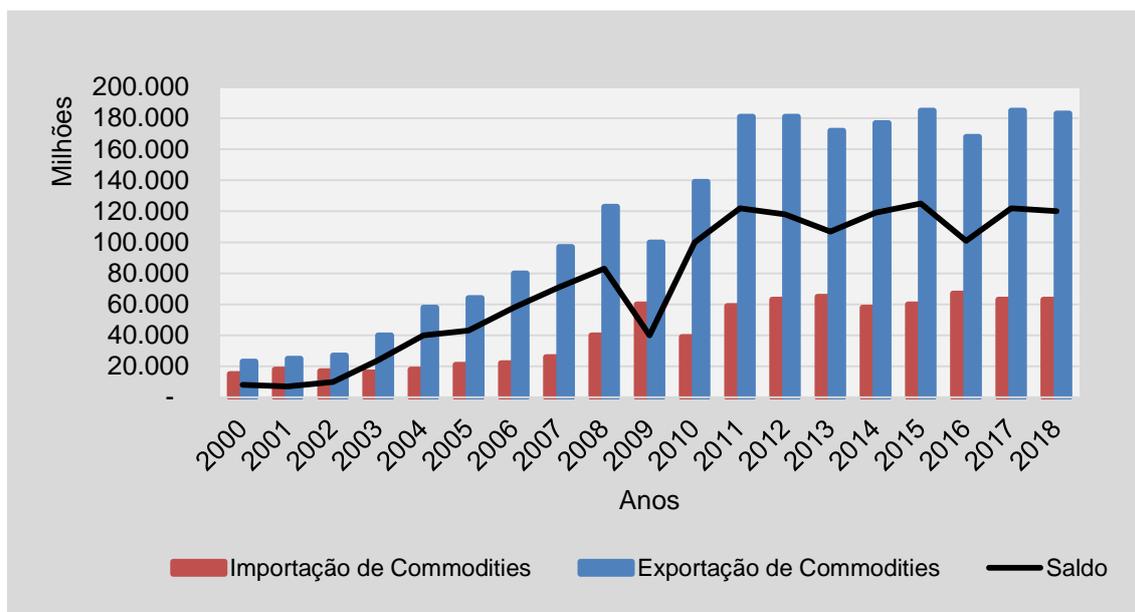
Esse pronunciamento mostra que o Brasil está indo na contramão do que os países ricos e desenvolvidos fizeram e continuam fazendo há mais de dois séculos.

Na Figura 4 conta com o saldo de exportações e importações de *commodities* que mostra o quanto o Brasil exporta mais que importa nesse setor.

Há a evolução do saldo das *commodities* no período 2000-2018. Nota-se que o saldo vem crescendo ao longo dos anos. Isso se deve ao contexto

internacional de preços elevados e do crescimento da demanda mundial. Em 2009, apesar da crise internacional, os padrões ainda são maiores que em 2007 e há uma recuperação e de lá para cá que continuou a trajetória crescente com poucas oscilações.

Figura 4 - Gráfico do saldo comercial das commodities de 2000 a 2018



Fonte: MDIC

É necessário estar ciente de que quaisquer alterações no desejo dos maiores consumidores por matéria prima, afeta uma série de países produtores, como é o caso do Brasil. Portando os países em desenvolvimento tornam-se dependentes das economias do exterior.

Esse saldo positivo das *commodities* é o que ajuda o Brasil e os outros países em desenvolvimento a equilibrar a balança comercial, pois eles exportam grandes quantidades de matéria prima, e, conseqüentemente, geram um aumento do PIB.

Em contrapartida países como o Brasil não precisa importar grandes quantidades de *commodities*, pois é abundante desses recursos, geralmente é importado somente o necessário, além de não ter grandes indústrias para transformá-los, ou seja, fica clara a dificuldade do Brasil em conseguir fazer parte das cadeias globais de valor na condição de exportador.

Já na Figura 5 é possível contar com o saldo de exportações e importações de manufaturados que mostra o quanto o Brasil importa mais que exporta nessa categoria de bens. O oposto do gráfico anterior.

Figura 5 - Gráfico do saldo comercial dos manufaturados de 2000 a 2018



Fonte: MDIC

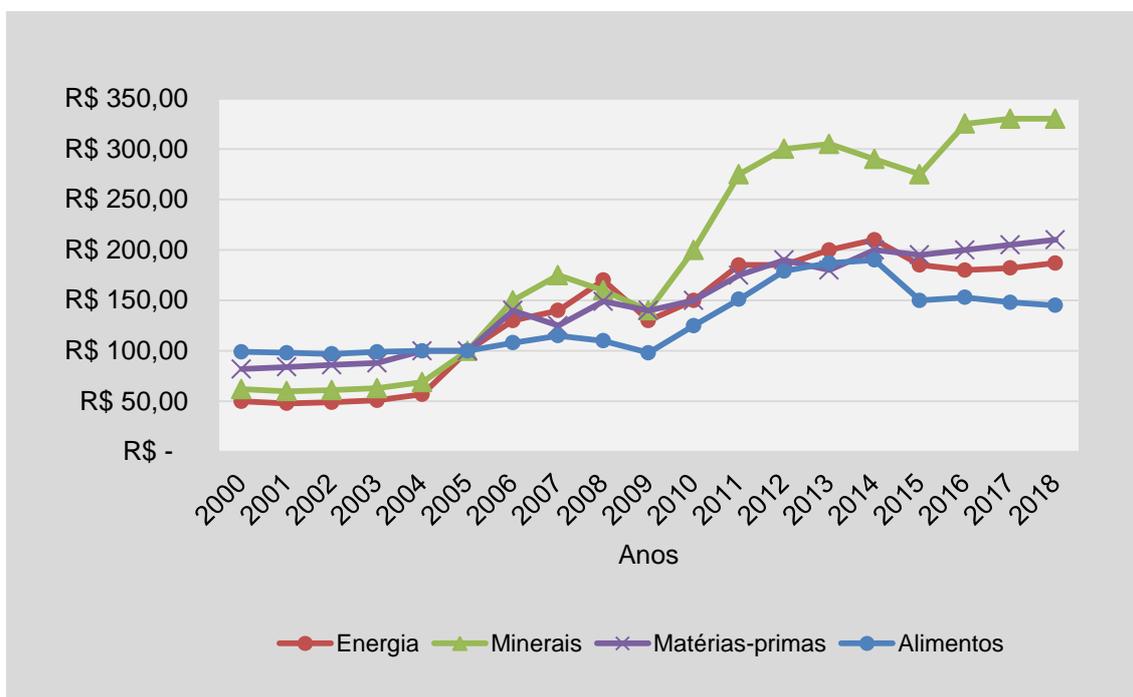
A relação entre manufaturados exportados e importados mostra que o Brasil não teve competitividade para enfrentar outros países, ou seja, o Brasil não possui tecnologia e apresenta gargalos em sua economia que não o deixam se desenvolver e competir com outros países.

Segundo Castro (AEB), para alcançar crescimento mais significativo na participação nas exportações mundiais, existe a necessidade de o país realizar as reformas de base.

Para que possamos exportar não apenas commodities, mas também manufaturados. Quer dizer, viabilizar que, em vez de exportar o minério, eu possa exportar também o aço, que gera mais valor agregado e mais emprego. Em vez de exportar soja, eu passe a exportar óleo de soja. (PALESTRA NO XXIII FÓRUM NACIONAL, REALIZADO NO BNDES, 19/05/2011).

Na Figura 6, pode-se ver o comportamento dos preços de alimentos, matérias-primas, minerais e combustíveis no período 2000-2018.

Figura 6 - Gráfico do preço das *commodities* de 2000 a 2018



Fonte: IMF

Todas essas *commodities* tiveram um aumento de preço ao longo desses anos, com exceção de 2009, época em que a crise internacional promoveu uma queda dos preços destes bens. No entanto, os preços se recuperaram rapidamente, retomando a trajetória ascendente e alcançando patamares superiores até mesmo antes da crise. Há de exaltar o porquê, isso se deu principalmente pelo “*Efeito China*” decorrente do rápido e expressivo crescimento da demanda chinesa por tais tipos de bens.

Nesse gráfico dá para ver a relação da lei de oferta e demanda. As exportações vinham bem, até o momento da crise de 2009, depois, houve um processo de grande crescimento da China, o que causou grande procura por produtos primários para desenvolver e abastecer suas indústrias, o que fez com que os preços subissem e os produtores preferirem exportar do que deixar no comércio interno.

Em termos gerais, a análise do perfil exportador da economia brasileira ao longo dos anos, mostrou que as *commodities* tiveram um papel fundamental para explicar o bom desempenho do comércio internacional do país, atrelado a um

cenário de preços elevados destes produtos e de uma demanda externa bastante favorável ligada especialmente aos resultados econômicos da China.

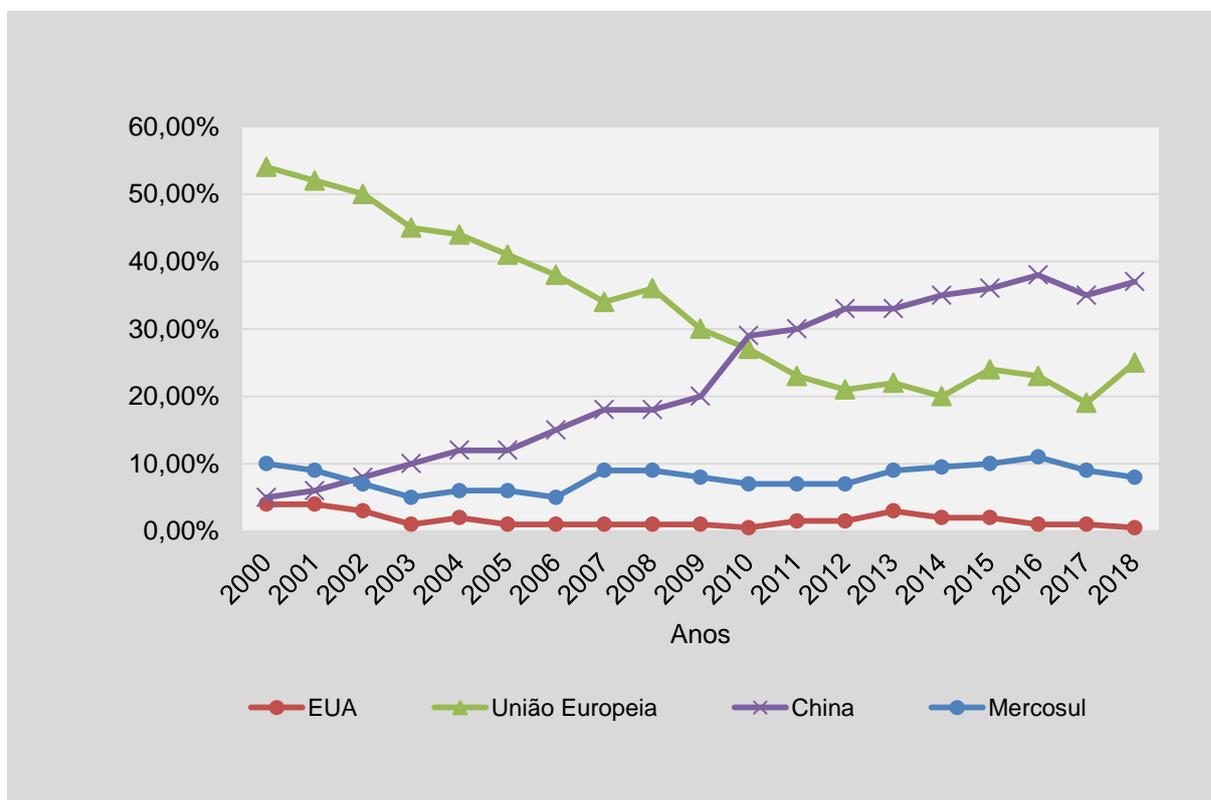
O indiano Ruchir Sharma, chefe de mercados emergentes do Morgan Stanley Investment Management, disse que o país está preso ao que ele chama de "armadilha de 100 anos" - o fato de o crescimento ser muito correlacionado com as cotações das *commodities*.

Quando os preços de commodities sobem, o Brasil parece melhor. Quando os preços de commodities caem, o Brasil não parece tão bem. O Brasil precisa ficar menos dependente de commodities e se concentrar mais no setor manufatureiro. É o que outros países fizeram. Essa é a lição da história. (Em entrevista ao Valor Econômico, 26/04/2018).

Para sair dessa armadilha, ele acha fundamental reduzir gastos públicos, para que a carga de impostos possa diminuir e as empresas sejam mais competitivas globalmente.

Na Figura 7 há o percentual de participação dos blocos econômicos nas exportações totais de *commodities* do Brasil.

Figura 7 - Porcentagem de participação dos Blocos Econômicos nas exportações totais de *commodities* do Brasil



Fonte: MDIC

O gráfico mostra que a China vem aumentando suas relações com o Brasil, e é responsável por 33% das exportações brasileiras, enquanto a União Europeia vem diminuindo. Hoje a China continua sendo o principal país importador dos produtos brasileiros, e os principais produtos são *commodities*. Como hoje a China passou a ser referência no mercado internacional ela precisa dos recursos para continuar a produzir.

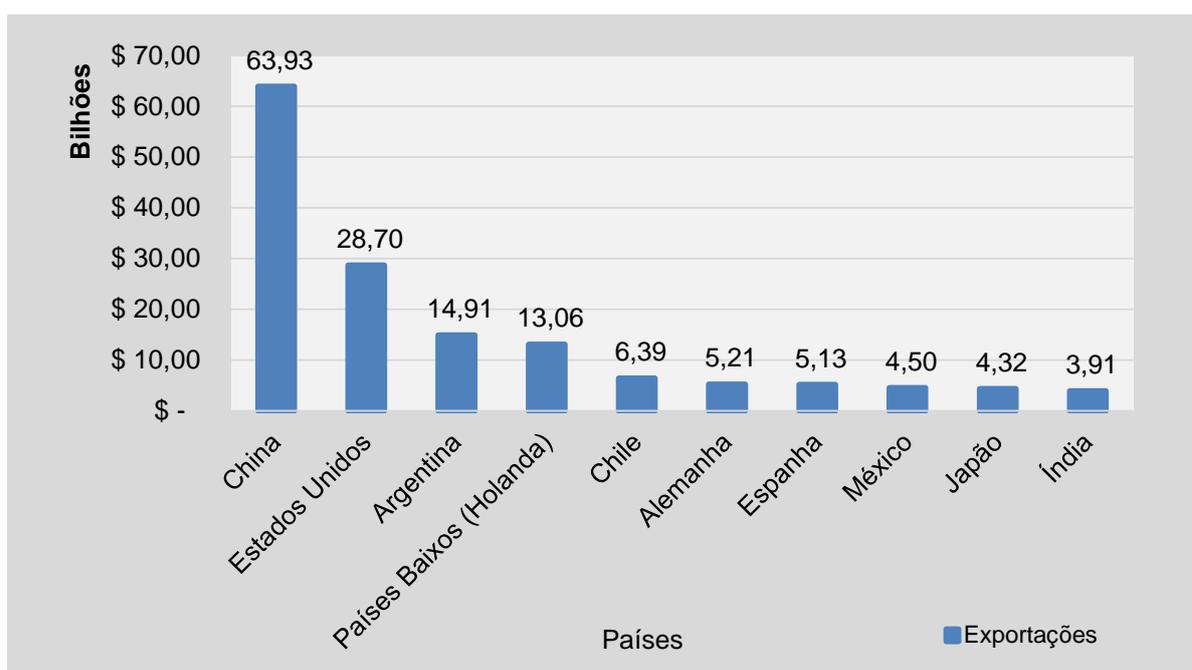
Atualmente (2019), com o grande impasse sobre a guerra comercial envolvendo EUA e China, o Brasil começou a aumentar as exportações de *commodities*, pois houve grandes medidas protecionistas de um país com o outro, o que fez com que estes buscassem nossos fornecedores, no entanto é interessante para ambos chegarem a um acordo, o que volta a normalidade para o Brasil.

É o que diz o diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijoadi:

Pode-se tirar proveito de uma guerra comercial, mas não fazer planejamento estratégico pensando nela. Ganha quem já está preparado e tem capacidade de aumentar rapidamente a oferta. (EM NOTA EMITIDA PELO SITE DA CNI).

Hoje os principais compradores do Brasil segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) são:

Figura 8 – Gráfico dos principais países que o Brasil exporta do Total/2018



Fonte: MDIC

A lista dos produtores de *commodities* apresenta algumas coincidências. Geralmente são países com grande extensão territorial e com possibilidade de exploração de recursos naturais.

Os Estados Unidos e a China são grandes produtores de *commodities*, mas consumidores ainda maiores, ou seja, além de exportarem eles também precisam de outros tipos de matérias-primas para poder alimentar suas indústrias. O Japão, por exemplo, por ser altamente industrializado e ter território pequeno e altamente povoado, tem dificuldades de produzir esses produtos, mas é um grande consumidor de *commodities*.

Em suma, pode-se destacar:

Tabela 2 - Produtos mais exportados e importados pelo Brasil de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 2018

Produtos Exportados	Produtos Importados
Minério de ferro, aço e ferro fundido	Petróleo Bruto
Petróleo Bruto	Automóveis
Soja e produtos derivados	Óleos Combustíveis
Açúcar de cana	Autopeças
Café em grão	Medicamentos
Carne de frango (in natura)	Componentes eletrônicos
Farelo e resíduos da extração do óleo de soja	Peças de recepção e transmissão
Pastas químicas de madeira	Cloreto de potássio
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	Geradores e motores elétricos
Automóveis	Compostos heterocíclicos
	Instrumentos de medição
	Gás Natural

Fonte: MDIC

De acordo com os dados apresentados é possível ver que o Brasil vive um processo de desindustrialização, e, em contra partida é possível ver também o quanto as exportações de recursos naturais vem crescendo.

3. MALDIÇÃO DAS *COMMODITIES* E DOENÇA HOLANDESA

Depois de dar ênfase de como o Brasil é um grande exportador de matéria prima, nesse capítulo vamos ver os efeitos que isso causa e analisar os pontos positivos e os negativos para enfim chegar a uma conclusão. O capítulo apresentará as definições de cada um dos temas e irá relacioná-los. E antes do leitor tomar qualquer decisão, o trabalho irá apresentar visões de autores que concordam e discordam do tema.

É preciso, em primeiro lugar, entender o que é *commodities*, e, de acordo com o dicionário Aurélio, são produtos intensivos em recursos naturais em estado bruto. Esta categoria envolve produtos agrícolas, minerais e energia; e estes produtos caracterizam-se pela produção padronizada e em grande quantidade, cujos preços são formados pela lei de oferta e demanda no país ou no exterior. Desta forma, um produtor individual tem pouco ou nenhum controle sobre os preços destes bens.

3.1 - TEORIA DA MALDIÇÃO DAS *COMMODITIES*

A Teoria da Maldição das *Commodities* acredita que em países com abundância de recursos naturais o desenvolvimento econômico é menor, uma vez que esses países têm sua economia voltada para a exportação desses produtos primários e em países quem não são dependentes economicamente das exportações desses produtos primários possuem uma economia mais desenvolvida. Para explicar melhor a situação tem-se que: uma tonelada de café de acordo com o Broadcast (plataforma de notícias e dados financeiros em tempo real, da empresa Grupo Estado), no dia 09 de maio de 2019, era equivalente a US\$1.600 e que o iPad mais barato é entorno é US\$400; sabe-se que o iPad pesa em torno de 600g, logo temos que uma tonelada de iPad vale US\$666 mil, portanto é preciso vender aproximadamente 417 toneladas de café para se equiparar com uma tonelada de iPad. Essa seria, portanto, a essência da Teoria: produtos primários não possuem valor agregado.

3.2 - AS TEORIAS DE SMITH E RICARDO

A constante globalização no ciclo mercantilista deu uma ideia geral de como as trocas entre nações teriam forte influência para as consolidações financeiras e o fortalecimento das principais nações econômicas, sendo então de grande interesse estas inter-relações implicando assim perdas e ganhos para ambos os países na balança comercial.

O ponto de partida das reflexões sobre a relação custos-benefícios das trocas internacionais coincide com o da primeira corrente do pensamento econômico, o mercantilismo. Os primeiros pensadores mercantilistas enfatizaram como o comércio exterior poderia servir, unilateralmente, aos interesses do Estado colonialista dos séculos XVI e XVII. Da hipótese mercantilista das vantagens unilaterais, a teoria básica evoluiu para a hipótese clássica dos benefícios recíprocos, centrada nos princípios das diferentes vantagens absolutas e relativas reveladas pelas nações. (ROSSETTI, 1997, p. 856).

Na teoria conhecida como as vantagens absolutas de Adam Smith cada país se especializaria em produzir determinado produto já que consistiria em custos relativamente menores, o que lhes daria certa vantagem sobre o outro país.

[...] Desde que determinada nação, atendendo as suas vocações naturais, a suas habilidades e seus recursos abundantes, possa produzir dado produto a custos comparativamente mais baixos que o de outras nações, ele deverá especializar-se em sua produção, trocando-as pelos produtos em que suas vantagens absolutas são inferiores. (ROSSETTI, 1997, p. 859).

Quadro 1 - Exemplo da Teoria: Produção do trabalhador por dia (toneladas)

Países	Minério de ferro	Carvão mineral
Brasil	0,5	0,2
Inglaterra	0,1	0,8

Fonte: Rossetti (1997, p. 860).

Ao analisarmos este quadro nota-se que, quanto ao minério de ferro o Brasil produz 0,5 toneladas com um trabalhador, enquanto a Inglaterra produz apenas 0,1 toneladas por trabalhador, para produzir uma tonelada ao dia o Brasil necessitaria de apenas 2 trabalhadores, enquanto a Inglaterra 10.

Por outro lado, o Brasil necessitaria de 5 trabalhadores par produzir uma tonelada de carvão mineral, enquanto a Inglaterra precisaria de apenas 1,25 trabalhadores para produzir a mesma quantidade.

Nesta análise nota-se que o Brasil possui vantagens absolutas perante a Inglaterra na produção de minério de ferro e em contrapartida a Inglaterra possui vantagens absolutas na produção de carvão mineral perante o Brasil, logo cada país se especializaria naquilo que possui custos menores de produção.

A especialização no comércio internacional, dizem os neoclássicos, constitui um caso particularmente vantajoso de divisão de trabalho, pois cada país dispõe de uma dotação de fatores em proporções distintas. Assim, se as funções de produção são a mesma nos países em questão e a composição de procura global está dada, sendo diversas as constelações de fatores, os custos relativos destes serão principalmente determinados pela abundância relativa. (FURTADO, 1920, p. 172).

Ricardo considera o comércio exterior benéfico, pois eleva o montante e a diversidade de mercadorias, e que em cada país existirá uma atividade na qual o país produza aplicando uma menor quantidade de trabalho e capital.

Agora, ao combinarem o trabalho e capital em uma atividade em que seriam menos especializados, melhor seria a importação de tal produto e se dedicariam a produção do produto no qual utilizam menos insumos e capital relativamente e com resultados provavelmente em menores quantidades e qualidades para cada produto, chamado de teoria das vantagens comparativas.

As vantagens absolutas então passam a ser menos significativas para o comércio internacional, pois não se levava em consideração os custos relativos na produção.

Para Ricardo (1982) sendo assim um país sempre terá destaque em um setor produtivo apresentando vantagens sobre o outro, e vice-versa, podendo assim ocorrer uma relação comercial sem restrições e com cada país se especialize na produção de bens onde apresente vantagens comparativas considerando que o preço era determinado principalmente pela quantidade de horas trabalhadas, mas os outros fatores produtivos como custo de matéria prima e de transportes não foram levados em conta.

Embora esta teoria tenha recebido muitas críticas, serve de uma base influente quando o assunto economia internacional é abordado sem negar a importância dos recursos naturais que são fatores determinantes para as vantagens comparativas e o potencial de uma região deve ser determinado por vantagens

competitivas construídas pelo desenvolvimento de um sistema produtivo capaz de desenvolver uma avançada produção industrial e serviços.

3.3 - DOENÇA HOLANDESA

A doença holandesa é um problema antigo, essencial para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. É um termo econômico usado para explicar situações em que o aumento da receita com a exportação de recursos naturais valoriza demais a moeda local e leva à desindustrialização do setor manufatureiro, que fica menos competitivo em relação aos produtos externos. Como já diz seu nome, tem origem na Holanda, na década de 1960, onde a descoberta e exportação de gás natural apreciaram a taxa de câmbio e ameaçou destruir toda a indústria manufatureira do país.

Inicialmente, pode-se definir doença holandesa como a especialização produtiva de um país, quer ele possua ou não certo grau de industrialização, na produção de produtos intensivos em recursos naturais. Ao gerar vantagens competitivas⁴ derivadas de rendas ricardianas, tal especialização modifica a pauta de exportações e, portanto, gera aumento das receitas em moeda estrangeira. Na ausência de uma política cambial que opere de forma a compensar esse efeito, ocorre sobre apreciação da taxa de câmbio real. Essa reduz a competitividade da indústria doméstica vis a vis à do resto do mundo, tendo como consequência à retração da produção e/ou exportação de bens comercializáveis mais intensivos em tecnologia e com maior valor agregado. Ou seja, ocorre uma espécie de “reprimarização⁵ ou especialização regressiva” da pauta de exportação e da estrutura produtiva (Bresser Pereira, 2008).

3.4 - RELAÇÃO

⁴ Consiste no diferencial que uma empresa ou pessoa apresenta em relação a seu concorrente

⁵ É um conceito da economia, que acontece quando há a desindustrialização. Maior valorização dos produtos primários, minério e agrícolas.

A doença holandesa é um problema contraditório; de um lado, os recursos naturais representam um enorme benefício para o país – sua exploração costuma ser a maneira pela qual um país em desenvolvimento realiza sua acumulação primitiva e pode começar a crescer. Mas além de uma bênção, eles são uma maldição, porque impedem o país de se industrializar e diversificar sua economia.

A doença holandesa gera subitamente uma grande riqueza para o país atrasado que, não contando com os valores e instituições correspondentes a esse nível de prosperidade, rapidamente mergulha na corrupção em torno das concessões de exploração e do imposto cobrado sobre sua exportação. Por isso muitos economistas fazem uma distinção entre a doença holandesa e a maldição dos recursos naturais: enquanto a doença holandesa seria uma falha de mercado, a maldição dos recursos naturais resultaria de más instituições que facilitariam a corrupção ou da busca de rendas – fenômenos sabidamente comuns em sociedades atrasadas.

A doença holandesa é uma grave doença em meio à abundância. No começo seus aspectos negativos ainda não estão evidentes, pois o país ainda não tem possibilidade de diversificar sua economia. À medida que o tempo passa, porém, o país gradualmente se vê numa armadilha. Em lugar de seus recursos naturais provocarem crescimento, eles se transformam no grande obstáculo ao crescimento: um obstáculo que é muito difícil de ser superado, tendo em vista os problemas econômicos e políticos envolvidos.

Conforme Bresser-Pererira et al (2014, p. 129) pode-se identificar três condições padrões de incidência da doença holandesa:

- A descoberta de recursos naturais que incorporam renda ricardianas em um país pobre que inviabiliza a industrialização desse país;
- A mesma descoberta em um país rico que leva à desindustrialização enquanto não for devidamente neutralizada;
- E, finalmente, a liberalização radical das contas externas do país, comerciais e financeiras, que implica abandono das políticas que

neutralizam a doença holandesa e levam igualmente à desindustrialização prematura.

Conforme Bresser-Pereira et al (2014, p. 135), o primeiro caso é o da Arábia Saudita, da Venezuela, e de muitos outros países pobres; o segundo, da Holanda e do Reino Unido; o terceiro, do Brasil, da Argentina e do México. No primeiro caso, ela sempre existiu e impediu a industrialização e, portanto, o desenvolvimento econômico, como é o caso de muitos países produtores de petróleo; no segundo, mais raro, foi afinal o que, ocorrendo na Holanda, deu origem à expressão “doença holandesa”, porque os holandeses compreenderam que enfrentavam uma doença econômica ao descobrir e explorar o gás de petróleo nos anos 1960. A terceira aconteceu principalmente nos países mais desenvolvidos da América Latina que haviam se industrializado entre 1930 e 1980, adotando várias maneiras de neutralização da doença holandesa (especialmente taxas múltiplas de câmbio) embora não tivessem seu conceito perfeitamente claro, e se desindustrializam a partir de então devido a terem adotado de maneira radical a liberalização econômica proposta pela ideologia neoliberal.

Em síntese, os sintomas mais importantes da doença holandesa são: a sobre apreciação da taxa de câmbio, o baixo crescimento do setor manufatureiro, o rápido aumento do setor de serviços, os altos salários médios e o desemprego (Oomes e Kalcheva, 2007). O desemprego ou a subutilização de recursos é um sintoma importante.

Nesse contexto, e com uma taxa de câmbio desvalorizada (real fraco), há a intensificação e a especialização dos recursos naturais, beneficiando a exportação e aquecendo o comércio interno, pois as importações ficam mais caras. Desse modo, aumenta a renda e gera uma falsa ideia de segurança, pois a economia vai bem e tira-se a ideia de que é necessário haver investimentos. Por conta disso e para se proteger dos países desenvolvidos, os países ricos em recursos naturais criam barreiras e taxas, o que diminui o investimento estrangeiro e tira o país da trajetória de evolução tecnológica.

Depois, quando começa a entrar recursos estrangeiros por conta de muita exportação, inverte essa taxa de câmbio (real começa a se fortalecer)

causando a perda de competitividade dos produtos industriais e assim o país ficaria exposto à desindustrialização (Doença Holandesa).

3.5 - VISÕES A FAVOR DA TEORIA

É a partir do trabalho de Prebisch (1949), que a maldição dos recursos naturais previa que a abundância de recursos naturais poderia impedir o desenvolvimento do país. Segundo Davis (1995), essa teoria foi refutada empiricamente nos anos 50 e 60, porém, a crise do petróleo dos anos 70 novamente levantou dúvidas acerca do valor da exploração mineral para o desenvolvimento econômico.

A relação entre as exportações de produtos baseados em recursos naturais, e os níveis de crescimento alcançado pelas economias, tem sido intensamente estudada. Nessa condição, o trabalho de Sachs e Warner (1995) indica que economias com abundância de recursos naturais tendem a apresentar menores taxas de crescimento no longo prazo do que as economias pobres em tais recursos. O baixo crescimento dos países ricos em recursos naturais encontra-se vinculado às seguintes hipóteses segundo Michele Polliene Veríssimo et al (2013, p.58):

- I) Os países ricos em recursos tendem a desenvolver políticas mais protecionistas, possuem problemas de burocracia e ineficiência na utilização dos recursos, o que acarreta baixas taxas de investimento, e, conseqüentemente, menores taxas de crescimento econômico;
- II) Tendência secular de declínio da relação entre os preços das exportações dos produtos primários e os preços dos manufaturados, e o crescimento mais rápido da procura por manufaturados, comparado com a procura por produtos primários e com o aumento do rendimento faz com que o crescimento baseado em recursos naturais seja menos interessante;

- III) As exportações de primários possuem baixas ligações para frente e para trás com os demais setores da economia, enquanto a manufatura desencadeia processos de aprendizagem que não se limitam ao interior da firma;
- IV) Quanto maior a posse de recursos naturais, maior a procura por bens não-comercializáveis e a menor alocação de capital e trabalho para o setor de manufaturados, o que leva a produção de não-comercializáveis a expandir-se enquanto a produção de manufaturados tende a encolher.

Ainda segundo Michele Polliene Veríssimo et al (2013, p.73), Gylfason (1999) resume bem os impactos negativos de um *boom*⁶ de recursos naturais, definido por um aumento na receita com esses bens, sobre a economia de um país:

- I) Doença holandesa, que leva a apreciação cambial e afeta negativamente as exportações;
- II) Comportamento de *rent seeking*⁷: renda dos recursos aliada a direitos de propriedade mal-definidos, mercados imperfeitos e/ou inexistentes e estruturas legais frouxas levam ao comportamento de *rent seeking* dos produtores, que desvia recursos de atividades economicamente frutíferas;
- III) Redução de incentivo para acumulação de capital humano: rendas que não advêm de salário (dividendos, gastos sociais, impostos baixos) afetam negativamente a educação, medida por matrículas;
- IV) *Crowding out*⁸ do capital social: abundância de recursos naturais faz com que o Governo se esqueça da importância da boa administração econômica (comércio, eficiência da burocracia, qualidade das instituições) para manter o crescimento;

⁶ Expansão rápida e muito abrangente da atividade econômica.

⁷ Na economia é uma tentativa de obter renda econômica pela manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem em vez de agregar valor aos produtos.

⁸ Em economia é um fenômeno que ocorre quando o aumento do envolvimento do governo em um setor da economia de mercado afeta substancialmente o restante do mercado, seja no lado da oferta ou da demanda do mercado.

- V) Abundância de recursos naturais diminui incentivos para poupar e investir.

3.6 - VISÕES CONTRA TEORIA

Além da desclassificação da doença holandesa através do conceito de maldição de recursos naturais, existe outra maneira de alcançar o mesmo resultado. É dizer que ela não traz prejuízo para o país porque a industrialização não é condição do desenvolvimento econômico (Bresser Pereira, 2008)

Alguns exemplos de trabalhos que questionam esses resultados e, inclusive, encontram evidências, ainda que tênues, de que recursos naturais podem ser benéficos, ou ao menos neutros, para o desenvolvimento.

Daniel Lederman, William F. Maloney (2007), escreveram um livro inteiro para mostrar que a doença holandesa não existe, "*Natural Resources Neither Curse nor Destiny*", em tradução livre seria: Recursos naturais, nem maldição nem destino, o livro fala que os recursos naturais podem realmente estimular o desenvolvimento econômico quando combinados com o acúmulo de conhecimento para a inovação econômica. Além disso, a abundância de recursos naturais não precisa ser o único determinante da estrutura do comércio nos países em desenvolvimento. De fato, o acúmulo de conhecimento, a infra-estrutura e a qualidade da governança parecem determinar não apenas o que os países produzem e exportam, mas também como as empresas e os trabalhadores produzem algum bem. Ou seja, não há nada de mal em um país se especializar na produção de *commodities*.

Segundo eles a maldição dos recursos naturais seria um mito, o que não significa a ausência de desafios para as economias abundantes. O principal para eles é a forma como esses recursos serão utilizados. Os autores consideram fundamental a destinação dos recursos para diversificar a economia, sem esquecer, conforme Venables (2007), que as vantagens competitivas não estão dadas, que são endógenas e podem ser desenvolvidas através de políticas destinadas para esse fim. Ademais, para Lederman e Maloney (2012) em tradução livre:

A abundância de recursos naturais não é, necessariamente, a única determinante da estrutura de produção e diversificação nos países em desenvolvimento. Na verdade, o acúmulo de conhecimento, o nível de infraestrutura e a qualidade da governança parecem determinar não só o que os países produzem e exportam, mas também a forma como as empresas e os trabalhadores produzem qualquer tipo particular de bem. (LEDERMAN E MALONEY, 2012, p. 24).

Ciccantell e Smith (2005) em tradução livre, também criticam com vigor a tese da maldição dos recursos naturais:

Essa ridícula alegação de causalidade com base na correlação entre a riqueza dos recursos naturais e a pobreza em ex-colônias é reconfortante para os estados centrais e empresas extrativas que se beneficiam do pagamento de baixos preços das matérias primas, mas o absurdo de culpar as vítimas do imperialismo e do neocolonialismo em distribuir mal as rendas inesperadas é, na melhor das hipóteses, histórica, em vez de analítica. (CICCANTELL E SMITH, 2005, p. 13).

Portanto, de toda a análise feita até aqui, e de acordo com Silva (2008), pode-se afirmar que a abundância de recursos naturais não significa uma “maldição” intransponível, mas também não tornam menos importante para os países “abençoados” os esforços para a diversificação produtiva e exportadora na direção dos setores com maior conteúdo tecnológico.

CONCLUSÃO

Ao analisar todos os fatos e dados apresentados no trabalho, buscou-se discutir a questão da desindustrialização brasileira e tentar entender os processos que levam a esse quadro, através de uma abordagem mais próxima do existente, tanto na parte literária, como através de indicadores.

Percebe-se que foi a partir das políticas implementadas nos governos desde a abertura econômica, somada com uma taxa de câmbio valorizada, que desencadeou o processo de desindustrialização do país. Tal fato fica evidente ao longo do estudo, uma vez que depois da crise de 1929, com Getúlio Vargas assumindo a presidência se dá início ao desenvolvimento das indústrias, o qual teve continuidade com o presidente JK e seu lema “50 anos em 5” colaborando com o grande desenvolvimento industrial. Quando se deu início a Ditadura, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista que produziu resultados bastante contraditórios, já que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar a maioria da população. Depois veio Sarney que não conseguiu incentivar as indústrias com seus planos econômicos e a alta inflação.

Após a “*década perdida*”, houve espaço na economia brasileira para medidas econômicas liberais, como a abertura econômica, implementada em sua maior parte no governo Collor, o que permitiu que mais indústrias se instalassem no país para explorar o *dumping social*, no começo deu certo, no entanto outras questões como o “custo Brasil” fez com que as indústrias perdessem força. FHC por sua vez com a política do Plano Real de valorização cambial e sem nenhum grau de protecionismo viu o setor industrial perder força devido à brutal concorrência externa, isso não só afetou as indústrias como abriu novos horizontes para a expansão das *commodities*. A partir desse ponto a participação das indústrias de transformação no PIB só caiu.

Foi no Governo Lula e de sua sucessora que a exportação de *commodities* cresceu e, sem dúvida, o principal fator responsável por essa elevação veio do Oriente. Nesse período, a China, em crescimento econômico acelerado, foi à principal compradora de produtos primários do país, o que fez com que a balança

comercial brasileira se tornasse cada vez mais positiva, permitindo conter a dívida externa. Aliado a isso, o PAC, trouxe incentivos para a exportação.

Portanto o trabalho nos trás que o fato de o Governo brasileiro engessar todo o processo para a industrialização, como questões protecionistas, dificuldades para abertura, altos impostos, além da questão social, atrapalha as empresas do país. É necessário aprimorar esses processos para conseguir atrair ou desenvolver indústrias de ponta.

Ao relacionar as políticas acima e as explicações encontradas na literatura sobre o tema para se procurar entender a real definição deste, bem como suas causas e efeitos na economia, observou-se que há duas vertentes para explicar se as *commodities* causam a doença holandesa:

A 1ª a favor, defendida por Sachs e Warner (1995) e Gylfason (2001), que acreditam que uma economia voltada para as exportações de *commodities* trás atrasos para o país, pois economias assim são mais protecionistas e impedem o desenvolvimento das indústrias.

A 2ª a contra, defendida por Daniel Lederman, William F. Maloney (2007) e Ciccantell e Smith (2005, p. 13), que acreditam que ser um país “abençoado” com riquezas naturais não, necessariamente causa problemas para as indústrias, no entanto eles citam que é necessário haver políticas para diversificarem a economia

A questão, como foi mostrada, faz com que o empresário perca as expectativas de investir no país e procurem outras fontes para investir o seu capital, sem ter problemas com burocracias. Demonstra também que o Brasil exporta matéria prima e importa produtos com um valor agregado, ou seja, o país não sabe aproveitar as riquezas que possui e trabalhar para diversificar e aprimorar o produto.

Desse modo, tem-se:

- Taxa de câmbio, que pode influenciar nas exportações e importações;
- Questão do protecionismo, que inibi o país da competitividade;
- Custo Brasil, com taxas de juros altas, carga tributária alta, burocracia, impostos, falta de investimentos.

Isso faz o país não ser competitivo, faz os produtores/empresários preferirem vender seus produtos brutos, a investir no país e agregar valor e melhorar o desempenho.

Existe a questão das vantagens comparativas que podem impulsionar a demanda externa por setores relativamente mais produtivos, levando-os a crescer mais. Neste sentido, uma maior abertura da economia deve impulsioná-la em direção à fronteira eficiente. No entanto, a ineficiência de uma economia pode resultar tanto de falhas de mercado, baixo desenvolvimento institucional, como também de políticas setoriais pautadas por outros objetivos que não sejam a eficiência econômica, além do país apresentar limites tecnológicos para expansão da produção de alguns setores.

Enquanto o país pensar somente em barreiras tarifárias e não tarifárias, que protegem todos os setores da indústria, e, pensar somente em incentivar, investindo bilhões em subsídios para promover as exportações dos recursos naturais, haverá o impedimento do investimento privado, que contribui para baratear o custo e estimular a inserção internacional da indústria de manufaturados.

Portanto o Brasil é um país rico em recursos naturais, e ao longo do tempo vem provando que a Teoria da Maldição das *Commodities* causa sim, a Doença Holandesa.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BAER, Wener. *A economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª edição. São Paulo: Ed. 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L.C. & Gala, P. (2010). *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*. *Revista de Economia Política*, 30(120), pp.663–686.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; Marconi, N. (2008). *Existe Doença Holandesa no Brasil?* IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Março.

BRESSER-PEREIRA, L.C., (2007). *DOENÇA HOLANDESA E SUA NEUTRALIZAÇÃO : UMA ABORDAGEM RICARDIANA*. *Revista de Economia Política*, 28, pp.47–71.

BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Ed.Unijuí, 1995.

CICCANTELL, P.; SMITH, D. A. Nature, raw materials, and political economy: an introduction. In: CICCANTELL, P.; SMITH, D. A.; SEIDMAN, G. *Nature, raw materials, and political economy*. London: Elsevier, 2005

COTRIM, Gilberto. *História e Vida. Mundo contemporâneo e Brasil República*. São Paulo: Saraiva, 1995.

Davis, G. a (1995). *Learning to love the Dutch Disease: Evidence from the mineral economies*. *World Development*, 23(10), pp.1765–1779.

ELLSWORTH, P. T. *Economia Internacional*. São Paulo: Atlas, 1978.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GYLFASON, T., HERBERTSSON, T.T. & ZOEGA, G. (1999). *A MIXED BLESSING Natural Resources and Economic Growth*. *Macroeconomic Dynamics*, 3, pp.204–225.

INOCÊNCIO, M. E. *O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras*. 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

LACERDA, Antonio Corrêa de; RÊGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEDERMAN, D.; MALONEY, W. F. *Does what you export matter? Search of empirical guidance for industrial policies*. Washington, D.C.: The World Bank, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/npseminars/eng/2013/spr/pdf/malo2.pdf>>

LEDERMAN, D.; MALONEY, W. F. *In search of the missing resource curse*. *Economía*, v. 9, n. 1, p. 1-56, Fall 2008. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/eco/summary/v009/9.1.lederman.html>>

MACEDO E SILVA, A. C. *Estrutura produtiva e especialização comercial: observações sobre a Ásia em desenvolvimento e a América Latina*. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 81- 125, dez. 2008. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311533390.CD5_0_082.pdf>

OOMES, N., & KALCHEVA, K. (2007). *Diagnosing Dutch Disease : Does Russia have the symptoms ?*

PREBISCH, R. (1949). *Estudio económico de América Latina*. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSSETTI, José P. *Introdução a Economia*. 17.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. *Natural resource abundance and economic growth*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Dec. 1995. (NBER Working Paper, n. 5398). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5308>>

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

VENABLES, A. Trade, location and development: an overview of theory. In: LEDERMAN, D.; MALONEY, W. F. *Natural resources: neither curse nor destiny*. Washington: Stanford University Press, 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTTRADERESEARCH/Resources/D.Lederman_W.Maloney_Natural_Resources_book.pdf>

REFERENCIAL ELETRÔNICO

ABIMAQ, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos: *Brasil: potência ou colônia?*

Disponível em: <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Abimaq-Informativo-Mensal-Infomaq?DetalheClipping=6&CodigoClipping=35>>

AEB, Associação de Comércio Exterior do Brasil: *Brasil precisa aumentar exportações de manufaturados.*

Disponível em: <http://www.aeb.org.br/noticias/aeb_cobra_politica_firme_para_o_comercio_exterior>

CNI, Confederação Nacional da Indústria: *Brasil ganha US\$ 8,1 bilhões com guerra comercial entre China e Estados Unidos.*

Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/brasil-ganha-us-81-bilhoes-com-guerra-comercial-entre-china-e-estados-unidos/>>

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPECON); FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP); CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CIESP). Panorama da Indústria de transformação brasileira. 11ed. São Paulo: CEDECON, 2016.

IMF, Fundo Monetário Internacional

Disponível em: <<https://www.imf.org/external/index.htm>>

MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>

Valor Econômico: *Brasil precisa depender menos de commodities.*

Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/brasil-precisa-depender-menos-de-commodities.ghtml>>